...continuação

preenchido esse requisito. **Parágrafo 2º**- É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **Parágrafo 3º**- A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, incluindo a CVM, Juntas Comerciais, entidades de classes e B3; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (vi) na representação da Companhia em juízo ativa e passivamente; (vii) na representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, inclusive para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, nomeação de preposto para representação em audiências e para acordos trabalhistas. **Artigo 27**. Exceto se de outra forma previsto neste Estatuto Social, as procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por 2 (dois) Diretores sendo um deles, necessariamente, (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice-Presidente de Operações, que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de no máximo 1 (um) ano. **CAPÍTULO IV. DAS ASSEMBLEIAS GERAIS. Artigo 28**. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem. **Parágrafo 1º**- A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar convenientes à defesa de seus interesses. **Parágrafo 2º**- A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser simultânea e cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local e data, e instrumentadas em ata única. **Parágrafo 3º**- A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração ou, ainda, nas hipóteses previstas no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 4º**- Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação. **Parágrafo 5º**- Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a legislação ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização por outros meios e/ou em prazo maior. **Parágrafo 6º**- A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando a menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. **Parágrafo 7º**- A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes. **Parágrafo 8º**- A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por quem o Presidente do Conselho de Administração indicar. O Presidente da mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Parágrafo 9º**- Caberá exclusivamente ao presidente da mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto Social, resolver qualquer controvérsia relativa ao número de votos de cada acionista, decisão da qual caberá recurso imediato à mesma Assembleia Geral, em cuja deliberação não poderá votar a parte interessada. **Artigo 29**. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, informando seu nome, residência e a quantidade de ações de que forem titulares, observado, ainda, o disposto no Artigo 31, parágrafo 3º abaixo. **Parágrafo 1º**- O Livro de Presença de Acionistas será encerrado pelo presidente da mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º**- Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento do Livro de Presença de Acionistas poderão participar da Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social. **Artigo 30**. A Companhia deverá iniciar o cadastramento de acionistas para tomar parte na Assembleia Geral, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, cabendo ao acionista apresentar: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, datado de até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da Assembleia Geral, podendo a Companhia dispensar a apresentação desse comprovante; e (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. **Parágrafo Único**- Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no caput deste Artigo 30, antes do encerramento do Livro de Presença de Acionistas, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **Artigo 31**. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 5. **Parágrafo 1º**- A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica. **Parágrafo 2º**- Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, sendo permitida a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 3º**- O registro em ata dos acionistas que tenham participado por meio de boletim de voto a distância ou sistema eletrônico de participação a distância (nos termos do artigo 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada) será realizado pelo presidente da mesa e pelo secretário, cujas assinaturas poderão ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado pela Companhia para a realização da Assembleia Geral. **Artigo 32**. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis ou neste Estatuto Social: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iii) aprovar planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aos Administradores; (iv) tomar, anualmente, as contas dos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) reformar o Estatuto Social; (vi) deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado; (vii) deliberar sobre aumentos do capital social acima do limite do capital autorizado; (viii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação de ações, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia; (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (x) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (xi) deliberar sobre o pedido de registro de companhia aberta da Companhia e ingresso no Novo Mercado e/ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a saída do Novo Mercado, (xii) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Artigo 33**. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária. **Parágrafo 1º**- Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada no caput deste Artigo 33 quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias de seu recebimento, a pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente. **Parágrafo 2º**- Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos que a lei reconhece como essenciais. **Parágrafo 3º**- A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação. **Artigo 34**. E vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, o voto proferido por acionista em deliberação que possa beneficiá-lo de modo particular ou em que tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia. **CAPÍTULO V. DO CONSELHO FISCAL. Artigo 35**. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Parágrafo 1º**- O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação. **Parágrafo 2º**- A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como o atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo 3º**- Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e às políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo, conforme aplicável. **Parágrafo 4º**- O termo de posse de que trata o Parágrafo 2º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do membro do Conselho Fiscal eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 48 deste Estatuto Social. **Parágrafo 5º**- Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **Parágrafo 6º**- Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, por qualquer motivo, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Parágrafo 7º**- Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que: (i) seja inelegível nos termos da lei; (ii) ocupe cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; (iii) tenha interesse conflitante com a Companhia; membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador. **Artigo 36**. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Parágrafo 1º**- Independente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **Parágrafo 2º**- O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **Parágrafo 3º**- Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, assinadas pelos Conselheiros presentes. **CAPÍTULO VI. DO EXERCÍCIO FISCAL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS. Artigo 37**. O exercício fiscal terá início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras. **Parágrafo 1º**- As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. **Parágrafo 2º**- A Companhia poderá: (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **Parágrafo 3º**- Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 38 abaixo. **Parágrafo 4º**- Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 38**. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. **Parágrafo 1º**- O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas observado o disposto nos Parágrafos 2º e 3º deste Artigo 38; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo 2º deste Artigo 38, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta Reserva de Investimento, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e (vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. **Parágrafo 2º**- Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, que será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. **Parágrafo 3º**- O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 39**. Por proposta aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º**- Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **Parágrafo 2º**- O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte. **Artigo 40**. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Artigo 41**. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **CAPÍTULO VII. ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO. Artigo 42**. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição (OPA) tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Artigo 43**. A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 44**. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e observar os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na legislação societária; e (ii) os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem efetuar a venda das ações. **Parágrafo Único** - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de OPA mencionada neste

Artigo 44, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral e nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 45**. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da B3 e, quando exigida pela legislação aplicável, da CVM. **Artigo 46**. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública até que esta seja concluída com observância das regras aplicáveis. **CAPÍTULO VIII. DA LIQUIDAÇÃO. Artigo 47**. A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cumprindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade. **CAPÍTULO IX. DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS. Artigo 48**. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Parágrafo 1º**- A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. **Parágrafo 2º**- Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. **CAPÍTULO X. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Artigo 49**. A Companhia observará, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado em sua sede. **Artigo 50**. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 51**. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. **Artigo 52**. As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, observarão ao disposto no presente Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e na legislação vigente. **Artigo 53**. As seguintes disposições advindas do Regulamento do Novo Mercado previstas neste Estatuto Social: o Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1, o Parágrafo 3º do Artigo 5, os Parágrafos 2º e 3º do Artigo 9, o Parágrafo 3º do Artigo 10, o item (xxiii) do Artigo 19, os itens (vi) e (vii) do Artigo 32 e o Capítulo VII, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3, exceção feita ao Artigo 48, o qual passa a vigor a partir da data de aprovação do presente Estatuto Social. JUCISRS. Certífico registro sob o nº 11056408 em 19/05/2025 da Empresa TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A. CNPJ 9481310200170 e protocolo 251496112 - 25/04/2025. Autenticação: A4DA156C4D4C841976452CDB6E29FB40EED74F. S/A Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025.

Data, Hora e Local: Realizada no dia 22 de abril de 2025, às 11:00h, de forma remota, por meio de sistema de videoconferência, conforme permitido pelo art. 18 do Estatuto Social da Três Tentos Agroindustrial S/A ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prevista nos termos do Parágrafo Único do art. 34 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Luiz Osório Dumoncel - Presidente; e Sr. João Marcelo Dumoncel - Secretário. **Ordem do Dia:** Reunir-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a eleição, dentre os membros do Conselho de Administração eleitos pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ocorrida em 22 de abril de 2025 ("AGOE 2025"), nos termos do art. 13 do Estatuto Social da Companhia, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (ii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia e confirmação do cumprimento pelos diretores das exigências da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); (iii) a eleição dos membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de ESG e Sustentabilidade; e (iv) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, se aprovadas na reunião. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes aprovaram por unanimidade e sem quaisquer restrições, com a abstenção dos legalmente impedidos (conforme aplicável): (i) nos termos do art. 13 do estatuto social da Companhia, eleger, dentre os membros do Conselho de Administração eleitos em sede da AGOE 2025, por um mandato unificado de 2 (dois) anos, com término na data da assembleia geral ordinária da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, os conselheiros: a) **Luiz Osório Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15/12/1962, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 2.016.581.056 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 463.873.310-72, para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; e b) **João Marcelo Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15/09/1971, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 7.038.585.464 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 616.400.420-91, para o cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração**; (ii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia, conforme composição prevista no art. 21 do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e das regulamentações da CVM e da B3, incluindo o Regulamento do Novo Mercado, da seguinte forma: a) **João Marcelo Dumoncel**, acima qualificado, para os cargos de Diretor Presidente e de **Diretor de Relação com Investidores**; b) **Luiz Osório Dumoncel**, acima qualificado, para o cargo de Diretor, com atribuições inerentes ao cargo de **Diretor Vice-Presidente Executivo**, compreendendo, entre outros, a coordenação estratégica e a supervisão das diretorias financeira, de recursos humanos e de relações institucionais; c) **Luiz Augusto Utzig Dumoncel**, brasileiro, nascido em 18/12/1991, casado sob o regime de separação total de bens, administrador, portador da cédula de identidade SSP/RS 8092708638, inscrito no CPF/MF sob o n.º 013.477.090-02, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente de Operações**; d) **Cristiano Machado Costa**, brasileiro, nascido em 15/06/1979, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula de identidade RG n.º 1016752204 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 810.485.480-15, para o cargo de **Diretor Financeiro**; e) **Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho**, brasileiro, nascido em 11/09/1977, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG n.º 5018486431 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 000.569.890-16, para o cargo de **Diretor Comercial**; e f) **Benhur Vione**, brasileiro, nascido em 09/12/1976, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG n.º 2062539461 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 901.280.790-53, para o cargo de **Diretor de Insumos**. Os diretores são eleitos com mandato até a data da assembleia geral ordinária da Companhia que apreciará as contas do exercício fiscal de 2026, de forma que os mandatos da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia sejam coincidentes. Todos os Diretores declaram estar totalmente desimpedidos, nos termos do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações e, nos termos das regulamentações da CVM e B3 aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado, declaram estar sujeitos à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e no Estatuto Social da Companhia. Os diretores apresentam termos de posse, que serão lavrados em livro próprio. (iii) a eleição dos seguintes membros para compor o Comitê de Auditoria da Companhia: a) **Ademar Schardong**, brasileiro, nascido em 27/11/1955, casado sob o regime de comunhão universal de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG n.º 2.000.1153606 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 199.486.200-97, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria; b) **Jorge Luis Vargas Cardoso**, brasileiro, nascido em 17/12/1959, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n.º 67007346874 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 294.537.550-87, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria; e c) **Luiz Carlos Wanderer**, brasileiro, nascido em 25/07/1965, casado sob o regime de comunhão universal de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n.º 3012255372 SSP/PC-RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 419.935.940-00, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria. A eleição dos seguintes membros para compor o Comitê de ESG e Sustentabilidade da Companhia: a) **João Marcelo Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15/09/1971, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 7.038.585.464 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 616.400.420-91, para o cargo de membro do Comitê de ESG e Sustentabilidade; b) **Jorge Luis Vargas Cardoso**, brasileiro, nascido em 17/12/1959, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG n.º 6007346874 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o n.º 294.537.550-87, para o cargo de membro do Comitê de ESG e Sustentabilidade; e c) **Marcia Veroneze Bisol Pagliarini**, brasileira, nascida em 26/06/1985, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, química industrial, portadora da cédula de identidade RG n.º 2070231697 SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob o n.º 005.121.100-93, para o cargo de membro do Comitê de ESG e Sustentabilidade. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de ESG e Sustentabilidade da Companhia, em ambos os casos, vigorará até a data da assembleia geral ordinária da Companhia que apreciará as contas do exercício fiscal de 2026. Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de ESG e Sustentabilidade ora eleitos declaram estar totalmente desimpedidos, nos termos do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações para o exercício de suas funções, em especial declaram, sob as penas da lei, que: (a) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no §1º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações; (b) atendem ao requisito (b.i) de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações e (b.ii) do art. 22 do Regulamento do Novo Mercado; (c) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; e (d) não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaram estar sujeitos à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia. Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de ESG e Sustentabilidade da Companhia ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse lavrados em livro de registro de atas de reuniões do conselho de administração da Companhia. Todos os membros da Diretoria e Comitês possuem o mesmo endereço profissional, na Avenida Principal, n.º 187, no Distrito Industrial, CEP 98240-000, cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. (iv) a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e foi lavrada esta ata, em forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Membros do Conselho de Administração Presentes:** Luiz Osório Dumoncel, João Marcelo Dumoncel, Ademar Schardong, Daniel Pires Carneiro, Jorge Luis Vargas Cardoso, Luciana Toderani, Maria Marina Salles Fuso Piccini. **A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia**, Santa Bárbara do Sul/RS, 22 de abril de 2025. **João Marcelo Dumoncel** - Secretário. JUCISRS. Certífico registro sob o nº 11056491 em 19/05/2025 da Empresa TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A. CNPJ 9481310200170 e protocolo 251486885 - 24/04/2025. Autenticação: 2E6F7AE36FD3A0DC3427747502FE7D01B5890CC. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.

1. Data, Horário e Local da Assembleia: Realizada em 1ª (primeira) convocação em 27 de maio de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital e remota, por meio da plataforma "TEM Meetings" conforme Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), bem como por meio de instrução de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto ("Instrução de Voto") pelos titulares da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissão" e "Emissora", respectivamente). **2. Convocação:** Convocados os Debenturistas, por meio de Edital de Convocação publicado nos dias 2, 5 e 6 de maio de 2025 no "Jornal do Comércio", nos termos da Cláusula 9.4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, da Três Tentos Agroindustrial S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrado 5 de abril de 2024, conforme aditado, entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos Debenturistas ("Agente Fiduciário") e do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. **3. Quórum e Presença:** Presentes os Debenturistas representando 82,40% (oitenta e dois inteiros e quarenta centésimos por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), de acordo com a lista de presença anexa à presente ata de Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"). Presentes também os representantes do Agente Fiduciário e da Emissora. **4. Mesa:** Presidente: Daniela Vieira Bragaryk; e Secretário: Luis Eduardo Ferreira Rodrigues. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar a respeito da alteração da redação das definições de "Divida Líquida" e "EBITDA", conforme previstas na Cláusula 6.1.2, item (xvii), da Escritura de Emissão, nos termos da Proposta da Administração divulgada em 26 de maio de 2025, nos websites de relações com investidores da Companhia (<https://tr3tentos.com.br/>) e de CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) ("Proposta da Administração"). **6. Abertura:** Foram eleitos o Presidente e o Secretário da Assembleia, nos termos da Cláusula 9.8 da Escritura de Emissão, para, dentre outras providências, lavrar a presente ata. Após a eleição, foram abertos os trabalhos da Assembleia, tendo sido verificado pelo Secretário os pressupostos de quórum e de convocação, bem como os instrumentos de mandato dos representantes dos Debenturistas presentes e que apresentaram Instrução de Voto, declarando o Sr. Presidente instalada a presente Assembleia em 1ª (primeira) primeira convocação, sem objeções. Em seguida, foi realizada a leitura da Ordem do Dia, e os Debenturistas, juntamente com a Emissora, negociaram e definiram a obrigação a ser assumida pela Emissora como contrapartida para a aprovação da Ordem do Dia. **7. Deliberação:** Examinada e debatida a matéria, Debenturistas representando 81,19% (oitenta e um inteiros e dezenove centésimos por cento) das Debêntures em Circulação deliberaram aprovar a Ordem do Dia, conforme previsto na Proposta da Administração, e 1,21% (um inteiro e vinte um centésimo por cento) se absteram. Em contrapartida, a Emissora se comprometeu a, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data desta AGD, realizar o pagamento de fee equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) *flat*, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento. Diante da aprovação da Ordem do Dia, os Debenturistas autorizaram o Agente Fiduciário e a Emissora a celebrarem aditamento à Escritura de Emissão, nos termos do Anexo II da Proposta da Administração, bem como adotar todas as medidas necessárias para implementar as aprovações previstas nesta ata. Termos iniciados por *letra maiúscula* utilizados nesta ata que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. **8. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente e Secretário, bem como pelos representantes da Emissora e do Agente Fiduciário. Debenturistas ora presentes são considerados assinantes desta ata, nos termos do artigo 76, §1º, da Resolução CVM 81, Santa Bárbara do Sul/RS, 27 de maio de 2025. Daniela Vieira Bragaryk - Presidente. Luis Eduardo Ferreira Rodrigues - Secretário. **Página de assinaturas da ata da assembleia geral de debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da três tentos agroindustrial s.a., realizada em 27 de maio de**

continua >>>